

CARLOS RODRIGUES BRANDÃO (ORG.)

PESQUISA PARTICIPANTE

9 Comas

Trabalho de Campo I – Profa. Dra. Valeria de Marcos

Texto 26 – item 5.4 aula 11

OLIVEIRA, R. D. e OLIVEIRA, M. D. de. Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. In: BRANDÃO, C. R. (org). *Pesquisa participante*. 7ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 17-33.

editora brasiliense

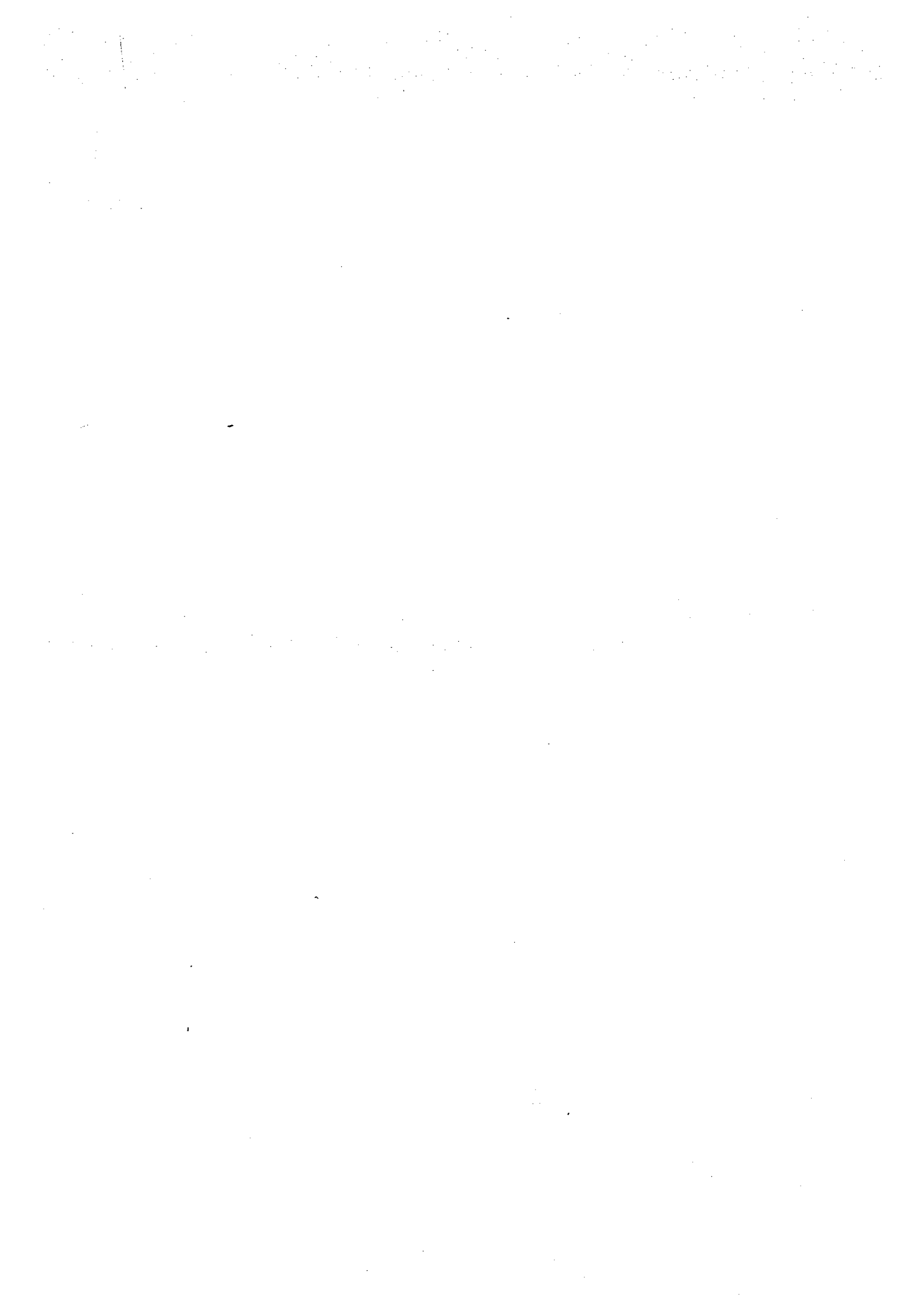
**PESQUISA SOCIAL E AÇÃO EDUCATIVA:
conhecer a realidade para poder transformá-la**

*Rosiska Darcy de Oliveira (IDAC)
Miguel Darcy de Oliveira (IDAC)*

O presente texto é uma versão revista de um trabalho publicado em 1973 na Suíça, como número 10 dos *Documents IDAC*, sob o título "L'observation millitante, une alternative sociologique". O texto original em francês foi traduzido e publicado no Brasil em 1978 pela Editora Tempo e Presença como suplemento n.º 20 aos cadernos do *CEL*, Rio de Janeiro.

POR QUE PESQUISAR A REALIDADE SOCIAL?

Para a grande maioria das pessoas a palavra pesquisa vem sempre associada à elaboração por especialistas e estudiosos de volumosos e abstratos trabalhos científicos, que tratam de temas complexos e, por isso, devem ser redigidos numa linguagem inacessível ao comum dos mortais. Pesquisa é coisa de intelectual, de universitário, que não tem nada que ver com a vida real. E, de fato, a maior parte dos trabalhos de pesquisa são tarefas que estudantes universitários devem executar para



comprovar, diante de seus pares, sua competência e ser recompensados com os diplomas e honrarias acadêmicas.

O destino destes trabalhos é quase sempre as gavetas e estantes das bibliotecas universitárias onde sua tranquilidade só será perturbada, de vez em quando, por outro estudante em busca de referências ou citações para a sua própria pesquisa.

Nos últimos anos, no entanto, ao lado de tais pesquisas senão inúteis, pelo menos subutilizadas, começaram a se generalizar estudos da realidade social com objetivos agora muito mais precisos e utilizáveis. Instituições diversas, desde agências governamentais até corporações multinacionais, têm financiado e patrocinado projetos de pesquisa cada vez mais sofisticados cujo objetivo é conhecer as condições de vida, pautas de comportamento, motivações e aspirações de grupos sociais ditos marginalizados ou então considerados, pelos donos do poder, como propensos a comportamentos rebeldes e contestatórios.

Nos países da América Latina, multiplicaram-se as pesquisas sobre as populações indígenas, sobre grupos de favelados e de moradores da periferia das grandes cidades, sobre operários industriais e estudantes, etc. Nos Estados Unidos, especialistas dos mais variados ramos das ciências sociais se debruçaram sobre o comportamento das minorias étnicas, enquanto que na Europa ocidental o foco passou a incidir sobre os grupos que questionam o consenso e a ordem estabelecida como os jovens, as mulheres, os trabalhadores emigrados, os grupos de bairro, os movimentos ecológicos e regionalistas, etc.

As temáticas que são objeto de estudo variam segundo cada contexto sócio-político mas, por toda parte, um mesmo padrão de comportamento é adotado pelo pesquisador em relação ao objeto de sua pesquisa: são sempre os oprimidos e os contestatórios que são identificados, analisados, quantificados e programados de *fora* pelo opressor ou por aqueles que o representam. São sempre aqueles que detêm o saber e o poder social que, com o auxílio dos instrumentos científicos, determinam unilateralmente o que, como e quando deve ser pesquisado e que decidem sobre o destino a ser dado ou o uso a ser feito dos resultados da pesquisa. Os grupos "observados" não têm nenhum poder sobre uma pesquisa que é feita *sobre eles* e nunca *com eles*. Para o pesquisador, tais grupos são simples objetos de estudo e pouco se lhe importa que os

dados e respostas colhidos durante a pesquisa possam ser utilizados pelos que financiam o seu trabalho para melhor controlar os grupos que ameaçam a coesão social. Na verdade, os problemas estudados não são nunca os problemas vividos e sentidos pela população pesquisada. É esta população em si mesma que é percebida e estudada como um problema social do ponto de vista dos que estão no poder. As ciências sociais transformam-se, assim, em meros instrumentos de controle social.

Mas, evidentemente, este uso manipulador e domesticador não é o único uso possível que pode e deve ser feito das ciências sociais. O estudo e o conhecimento da realidade são também necessidades imperativas do ponto de vista dos que querem transformá-la.

Em nosso trabalho no terreno da educação de adultos, partimos sempre da premissa de que pesquisa da realidade, capacitação de quadros e aquisição de conhecimentos são dimensões inseparáveis e interligadas de um mesmo itinerário político-pedagógico. Pensamos que a finalidade de qualquer ação educativa deva ser a produção de novos conhecimentos que aumentem a consciência e a capacidade de iniciativa transformadora dos grupos com quem trabalhamos. Por isso mesmo, o estudo da realidade vivida pelo grupo e de sua percepção desta mesma realidade constituem o ponto de partida e a matéria-prima do processo educativo.

Como sempre nos lembra Paulo Freire, educação não é sinônimo de transferência de conhecimento pela simples razão de que não existe um saber feito e acabado, suscetível de ser captado e compreendido pelo educador e, em seguida, depositado nos educandos. O saber não é uma simples cópia ou descrição de uma realidade estática. A realidade deve ser decifrada e reinventada a cada momento. Neste sentido, a verdadeira educação é um ato dinâmico e permanente de conhecimento centrado na descoberta, análise e transformação da realidade pelos que a vivem.

Dentro desta perspectiva pedagógica, que parte da situação vivida pelos educandos como um problema que os desafia, é evidente que a definição do conteúdo programático da ação educativa não pode ser feita apenas pelo educador. Esta definição implica um trabalho conjunto de pesquisa e discussão no qual participam educador e educandos mediados sempre pela realidade a ser conhecida e transformada.

"É na realidade mediatizadora, na consciência que dela tenhamos educadores e povo, que iremos buscar o conteúdo programático da educação. (...)

"Esta é a razão pela qual não se trata de ter nos homens o objeto da investigação, de que o investigador seria o sujeito. O que se pretende investigar, realmente, não são os homens, como se fossem peças anatómicas, mas o seu pensamento-linguagem referido à realidade, os níveis de sua percepção desta realidade, a sua visão do mundo, em que se encontram envolvidos seus 'temas geradores'. (...)

"O que temos de fazer é propor ao povo, através de certas condições básicas, sua situação existencial, concreta, presente, como problema que, por sua vez, o desafia e, assim, lhe exige resposta, não só no nível intelectual, mas no nível da ação."

É neste sentido, conclui Paulo Freire, que toda pesquisa temática se faz ação pedagógica e toda autêntica educação se faz investigação do pensar.

"Quanto mais investigo o pensar do povo com ele, tanto mais nos educamos juntos. Quanto mais nos educamos, tanto mais continuamos investigando. Educação e investigação temática, na concepção problematizadora da educação, se tornam momentos de um mesmo processo."²

Bem entendido, esta maneira de conceber a pesquisa, diretamente ligadas às preocupações e experiências quotidianas do grupo com que se trabalha, difere em seu conteúdo e metodologia da utilização da ciência social justamente para suprimir os conflitos e reforçar a dominação.

De fato, em nosso trabalho quotidiano no IDAC desde o início dos anos 70 até hoje, temos procurado pôr em prática as pistas de trabalho propostas por Rodolfo Stavenhagen como alternativas válidas e viáveis ao esquema tradicional, aparentemente neutro e objetivo, mas, no fundo, manipulador e repressivo, inerente a este estudo dos oprimidos de fora para dentro. Stavenhagen propõe dois caminhos para o cientista social cuja opção é a de colocar seus instrumentos a serviço da construção de uma sociedade mais justa e democrática: seja trabalhar em estreita ligação com um grupo oprimido, com vistas a construir, com o grupo e a partir de dentro da situação vivida pelo grupo, um conhecimento da

¹ Paulo Freire, *Pedagogia do Oprimido*, Paz e Terra, 1978.
: *Idem*.

realidade que conduza à identificação dos meios para superar a situação de opressão; seja privilegiar, como objeto de estudo, o outro pólo da relação de dominação, com vistas a estudar os grupos dominantes e os mecanismos pelos quais eles asseguram a manutenção de seus monopólios sobre o saber e o poder.³

Nossas linhas prioritárias de ação ao longo dos últimos anos têm procurado explorar estas duas pistas de pesquisa e de intervenção:

- análise crítica das estruturas de poder e dos mecanismos de dominação como a escola e o sistema educativo, a repressão sexual, as políticas de controle social, etc.;⁴
- envolvimento direto com movimentos sociais que, ao tentarem se reapropriar de sua identidade e autonomia, questionam o modo de organização social dominante e inventam novos contextos de vida, de trabalho e de produção de conhecimentos. É o caso de nossa participação na Europa junto ao movimento feminista e ao processo de auto-formação dos operários italianos, na África junto ao movimento de libertação da Guiné-Bissau e, mais recentemente, no Brasil junto a experiências de educação popular no contexto das comunidades eclesiais de base, principalmente em São Paulo.⁵

É, aliás, no quadro destas experiências junto a grupos e movimentos sociais, para os quais conhecer a realidade é condição de sua transformação, que temos feito apelo à metodologia da pesquisa/ação. Nas páginas seguintes, procuraremos expor brevemente seus fundamentos teóricos bem como salientar sobre que concepções da sociedade, da ciência social e do papel do pesquisador ela se apóia.

QUEM EDUCA O PESQUISADOR?

Durante muito tempo, as ciências sociais acalentaram o sonho e a ilusão de poder estudar a sociedade da mesma maneira que as ciências naturais estudaram a natureza. Conhecer os fenômenos, ser capaz de

³ Rodolfo Stavenhagen, *Comment décoloniser les sciences sociales*, Anthropos, 1972.

⁴ Ver, por exemplo, o estudo crítico elaborado pela equipe do IDAC, *Cuidado, Escola*, Brasiliense, 1980.

⁵ Equipe do IDAC, *Vivendo e Aprendendo*, Brasiliense, 1980.

prevé-los e de descrever seu funcionamento, quantificá-los para melhor explicá-los, tais eram os objetivos a atingir e os parâmetros de uma atividade verdadeiramente científica. Dentro deste marco de referência, todas as ações humanas, as pautas de comportamento dos grupos sociais, os movimentos religiosos, os acontecimentos históricos, os hábitos sexuais, os sonhos e as esperanças, tudo isso deveria ser analisado e estudado de maneira objetiva. Por objetividade se entendia a capacidade que deveriam ter os cientistas de dissecar os fatos sociais como se fossem coisas. Para tanto, era imprescindível estabelecer e manter uma separação rígida entre o sistema de valores do cientista e os fatos sociais, objeto de sua observação e análise.

Estamos bem conscientes de que estamos desenhando uma imagem simplificada do corpo teórico da sociologia positivista. A simplificação, no entanto, pode nos ajudar a captar o essencial. Na perspectiva positiva, os fatos sociais devem ser examinados com o mesmo distanciamento e frieza com que um entomologista observa seus insetos. Entre o cientista que estuda a sociedade e a sociedade estudada por ele, o único ponto de contato é o próprio instrumental de observação e de análise escolhido e manipulado exclusivamente pelo pesquisador.

Da mesma maneira que, num laboratório, um pesquisador isola seu objeto de estudo e se isola a fim de examiná-lo sem risco de contaminação, assim também pretendem os positivistas que o conhecimento gerado por sua observação desta realidade objetiva que é a sociedade não tem qualquer implicação política ou valoração ética. A finalidade da ciência é constatar, descrever e prever. Livre de qualquer preconceito subjetivo, desprovido de intencionalidade política, o cientista social deve limitar-se a dissecar fatos, comportamentos ou sistemas de representação como se eles fossem meros objetos inanimados. A neutralidade política seria, nesta perspectiva, a garantia da cientificidade. Ledo engano.

Na verdade, esta ciência que se queria neutra, apolítica e descomprometida acabou sendo utilizada cada vez mais como uma ferramenta de engenharia social. Empregados por agências governamentais, os cientistas sociais contribuíram para a implantação gradual de toda uma série de instituições de controle social — desde a escola e o hospital até o asilo psiquiátrico e a prisão — cuja finalidade é modelar o comportamento de todos pelos padrões de normalidade definidos pelos donos

do poder. Por outro lado, é da própria essência de uma sociedade de massas domesticadas e uniformizadas a produção de seus "marginais". Ao modelo do bom cidadão vai se contrapor o do marginal, aquele que sai da norma: o delinqüente, o louco, o grevista, o subversivo, o agitador. Em defesa do conformismo social ameaçado por estes comportamentos anômalos, as ciências sociais têm sido mobilizadas para identificar, individualizar e anatematizar o "marginal". Exposto à execração pública, ele cumpre o seu papel de assustar os bons cidadãos. Rejeitado pelos "normais", o "marginal" entra no circuito destas instituições que vão curá-lo de sua marginalidade de modo a eliminar a causa da desordem e restabelecer a paz social.

Como pôde se dar uma tal evolução? Como esta ciência que se queria e se afirmava desvinculada de qualquer sistema de valores transformou-se num poderoso instrumento a serviço da conservação da ordem estabelecida?

A nosso ver, porque suas premissas de base eram radicalmente falsas e mistificadoras na medida mesma em que a realidade social não é uma coisa dada e acabada, e que o pesquisador não pode ser um observador imparcial situado fora da situação que ele analisa.

Na verdade, o ideal positivista, segundo o qual tudo pode ser captado, controlado e medido pela ciência, não leva em conta toda uma série de interrogações e questionamentos sobre as causas profundas dos fenômenos sociais e sobre seu dinamismo interno.

Uma ciência que se limita à previsão e elaboração de resultados utilizáveis se presta facilmente a todo tipo de manipulação por parte dos que controlam os centros de decisão e de poder. Sua tendência será sempre reduzir a complexidade do real a uma visão simplista e superficial, bem como congelar o dinamismo social numa fotografia estática. A redução do complexo ao simples e do dinâmico ao estático são típicas do pensamento conservador: sob esta ótica, o que existe hoje é o único real possível. Se a sociedade é desigual, hierarquizada e autoritária, pouco importa. Isto são problemas que escapam da esfera própria da ciência e que devem ser tratados por quem de direito, isto é, os políticos. Não se deve misturar ciência com política, estudo sério com jornalismo impressionista, objetividade com emoção, racionalidade com impulsos éticos. A missão do cientista é constatar o que existe, sem se aventurar pelo terreno artiscado e imprevisível dos julgamentos de valor que po-

dem, de repente, nos colocar em oposição ao que é, hoje, a realidade. Para não cair em armadilhas deste tipo, mais vale, então, estudar o que é imediatamente visível e quantificável, sem querer remexer ou desenterrar sonhos, esperanças e ilusões que podem revelar o desejo reprimido de mudança e desvelar um outro real possível.

O ideal positivista de uma ciência objetiva e exata não resiste, no entanto, ao questionamento de suas premissas de base: é possível congelar o movimento da vida social? de onde vêm nossas próprias idéias? não seria necessário considerar a ciência ela mesma como um fato social em permanente elaboração e questionamento dentro de cada situação histórica dada? não seria indispensável analisar a ação do pesquisador como fator de consolidação ou de transformação do consenso social?

De fato, os fatos sociais não são coisas mas sim o produto de ações humanas. Os homens e as mulheres fazem a sociedade da mesma maneira que são feitos por ela. Somos atores e protagonistas de nossa história da mesma maneira que somos definidos e condicionados por ela. Dentro desta relação de interação, não há mais lugar para um pesquisador separado de seu objeto de pesquisa. O pesquisador é um homem ou uma mulher com uma inserção social determinada e com uma experiência de vida e de trabalho que condicionam sua visão do mundo, modelam o ponto de vista a partir do qual ele ou ela interagem com a realidade. É esta visão do mundo, este ponto de vista que vai determinar a intencionalidade de seus atos, a natureza e a finalidade de sua pesquisa, a escolha dos instrumentos metodológicos a serem utilizados.

É totalmente impossível imaginar uma separação entre o sujeito da pesquisa (o cientista social) e o seu objeto (a sociedade) se o sujeito é ele mesmo um ser social, se são as ações humanas que modelam e transformam a sociedade da qual o pesquisador é parte integrante, podendo inclusive sofrer as consequências do projeto social que propõe ou das transformações que sua ação pode provocar.

É igualmente ilusório querer tratar os fatos sociais como se fossem fenômenos naturais que podem ser previstos, provocados e controlados num laboratório. Mesmo nos contextos mais repressivos e autoritários, os fatos sociais acontecem de maneira inesperada e surpreendente. Eles se revoltam contra as tentativas de programação e de controle, reagindo contra a domesticação na medida mesma em que são criados por homens

e mulheres livres, vale dizer, capazes de pensar e agir pela própria causa, ainda que, por vezes, com medo, contraditoriamente, sutilmente.

A eclosão de uma greve operária, a revolta das mulheres contra a passividade da classe operária, a revolta das mulheres contra as discriminações sexistas após milênios de resignação silenciosa, a angústia dos jovens que, segundo se dizia, estavam inteiramente cooptados pela sociedade de consumo são alguns exemplos, próximos de nós, de fatos que desafiam qualquer previsão. É, por outro lado, evidente que tais acontecimentos, ao questionar as idéias e preconceitos dominantes, também influem sobre o comportamento e os valores dos próprios pesquisadores. Constituído pela sociedade e participante de sua construção, o pesquisador não pode querer olhá-la de fora, do alto de sua torre de marfim. Estas torres são miragens que não resistem ao sopro da vida real.

O pesquisador, como o educador, o líder político ou religioso e o dirigente sindical também precisam ser educados e esta educação só pode vir no bojo de sua prática dentro de uma realidade social que não tem nada de fria, estática e imutável. Aprender a rede de relações sociais e de conflitos de interesse que constitui a sociedade, captar os conflitos e contradições que lhe imprimem um dinamismo permanente, explorar as brechas e contradições que abrem caminho para as rupturas e mudanças, eis o itinerário a ser percorrido pelo pesquisador que se quer deixar educar pela experiência e pela situação vividas.

Uma perspectiva crítica e problematizadora das ciências sociais implica, portanto, na recusa dos mitos da neutralidade e da objetividade e obriga o pesquisador a assumir plenamente uma vontade e uma intencionalidade políticas. Ao invés de se limitar a constatar como pensam, falam ou vivem as pessoas de determinado grupo social ou de procurar prever o que seria necessário fazer com vistas a dissolver os conflitos e reforçar a coesão social, nossa postura deve ser bem outra. O que nos interessa é mergulhar na espessura do real, captar a lógica dinâmica e contraditória do discurso de cada ator social e de seu relacionamento com os outros atores, visando a despertar nos dominados o desejo da mudança e a elaborar, com eles, os meios de sua realização.

Partimos da premissa de que a forma hierárquica e desigual da organização social atual não esgota toda a realidade nem constitui o único real possível. Debaixo de todo ordenamento social aparentemente

inutável, fermentam, por vezes lenta e silenciosamente, alternativas, amadurecem rupturas. Muitas vezes, o que existe hoje pode e deve ser mudado. Para isso, é preciso interrogar constantemente a realidade, assumir o direito e o dever de formular julgamentos de valor que conduzam a denunciar e recusar tudo aquilo que, na ordem social, nega a liberdade e a autonomia criadora dos movimentos sociais.

O conceito mesmo de objetividade e rigor científicos devem ser redefinidos e aperfeiçoados. Diante de uma realidade marcada por relações de dominação e de privilégio entre pessoas e grupos sociais, objetividade não pode mais ser sinónimo de descomprometimento e de imparcialidade, sob pena de se transformar em cinismo e insensibilidade. Diante da oposição entre dominantes e dominados, ser objetivo significa reconhecer e analisar este enfrentamento inscrito na realidade e colocar-se a serviço da superação das estruturas que mantêm ou reforçam o autoritarismo e a desigualdade.

Como já nos ensinava Marcuse, muitos anos atrás, ao expor os fundamentos da percepção dialéctica da realidade defendida pela Escola de Frankfurt:

"A realidade é uma coisa diferente e muito mais rica do que aquilo que está codificado na lógica e na linguagem dos fatos (...). O pensamento corresponde à realidade somente na medida em que transforma a realidade ao captar e decifrar sua estrutura contraditória (...). Compreender a realidade significa, portanto, compreender o que as coisas verdadeiramente são, e isto implica, por sua vez, na recusa de suas simples facticidade".⁶

Nada disto pode ser feito por um cientista desejoso de se manter olímpicamente fora e acima dos processos e movimentos sociais. E é aqui que interviém a metodologia da pesquisa/acção como uma proposta político-pedagógica que busca realizar uma síntese entre o estudo dos processos de mudança social e o envolvimento do pesquisador na dinâmica mesma destes processos. Adotando uma dupla postura de observador crítico e de participante activo, o objetivo do pesquisador será colocar as ferramentas científicas de que dispõe a serviço do movimento social com que está comprometido.

⁶ Herbert Marcuse, *Raison et Révolution*, Minuit, 1968.

Em outras palavras, ao invés de se preocupar somente com a explicação dos fenómenos sociais depois que eles aconteceram, a finalidade da pesquisa/acção é de favorecer a aquisição de um conhecimento e de uma consciência crítica do processo de transformação pelo grupo que está vivendo este processo, para que ele possa assumir, de forma cada vez mais lúcida e autónoma, seu papel de protagonista e ator social.

CONSTATAR OU QUESTIONAR?

Uma vez feita esta caracterização geral, gostaríamos, agora, de comentar, rapidamente, alguns momentos ou etapas significativos de um itinerário de pesquisa-acção, enfatizando as questões seguintes: o processo de inserção do pesquisador, a coleta da temática geradora do grupo com quem se trabalha, a organização do material recolhido junto ao povo e sua devolução sistemática para discussão e acção.

A inserção é o processo pelo qual o pesquisador procura atenuar a distância que o separa do grupo social com quem pretende trabalhar. Esta aproximação, que sempre exige paciência e honestidade, é a condição inicial necessária para que o percurso de pesquisa possa, de fato, ser realizado de dentro do grupo, com a participação de seus membros enquanto protagonistas e não simples objetos.

Mas é fundamental não alimentar ilusões e optimismos excessivos sobre a qualidade e profundidade desta inserção do pesquisador numa realidade sócio-cultural que quase nunca é a sua. E, sem dúvida, necessário que o pesquisador não seja visto como um intruso, ou um corpo estranho, o que desperta, de imediato, a desconfiança e a reticência de gente que tem toda uma experiência penosa de ser manipulada de fora para dentro. O pesquisador deve esforçar-se para ir sendo, pouco a pouco, aceite pelo grupo. Mas ele precisa ser aceite como realmente é, ou seja, como alguém que vem de fora, que se dispõe a realizar, com o grupo, um estudo que pode lhe ser útil, mas que, num determinado momento, irá embora. Parece-nos ilusória a atitude, aparentemente racional, mas, no fundo, mistificadora, de pesquisadores que desejam desapaecer enquanto cientistas e se fundir totalmente na comunidade.

A nosso ver, a tentativa, ainda que inconsciente, do pesquisador de esconder seus verdadeiros motivos, bem como sua recusa em assumir

sua condição específica em nome de um desejo de integração total com o grupo, são posturas que revelam uma falta de confiança na capacidade da comunidade de compreender e de aceitar o sentido de sua intervenção. Trata-se de uma atitude ambígua que reproduz, ao menos implicitamente, o esquema tradicional do intelectual que decide sozinho o que convém dizer ao grupo e o que é preferível guardar para si.

Se o pesquisador quer tornar-se apenas um membro a mais do grupo, ele acaba por se anular e se negar a si mesmo, perdendo sua razão de ser e seu direito de estar ali. Se se deixa absorver pela quotidianidade, se se perde no ativismo, limitando-se a seguir cegamente as pautas de comportamento do grupo, ele renuncia à utilização crítica dos instrumentos teóricos de que dispõe para transformar-se pura e simplesmente num militante a mais entre tantos outros. Com isto não queremos insinuar que o pesquisador seja uma personagem mais eminentemente do que um simples militante. Queremos, isto sim, é reafirmar a especificidade de seu papel e da contribuição que ele pode oferecer sem cair nem no elitismo nem no basismo.

De fato, se o objetivo do pesquisador é contribuir para uma problematização e uma clarificação da prática vivida pelo grupo, ele deve preservar uma distância crítica em relação à realidade e à ação quotidiana do grupo. A verdadeira inserção implica, portanto, numa tensão permanente entre o risco de identificação excessiva do pesquisador com os protagonistas da situação em que está inserido e a necessidade de manter um recuo que permita uma reflexão crítica sobre a experiência em curso. É preciso, justamente, alcançar uma síntese entre o militante de base e o cientista social, entre o observador e o participante, sem sacrificar nenhum dos dois pólos desta relação.

Como vem de salientar, uma vez mais, Paulo Freire, em um texto recente, "ao rejeitarmos a manipulação do educador autoritário, rejeitamos também a anulação do educador, contida em propostas ingenuamente libertadoras, segundo as quais o educador, em nome do respeito aos educandos, os deixaria entregues a si mesmos. Na verdade, não há por que deva o educador democrático ter vergonha de ser educador".⁷

A identificação da temática geradora é o trabalho de campo através

⁷ Paulo Freire, "Ouvir e compreender o discurso do povo" em *Igreja de São Paulo; a caminhada do povo*, Arquidiocese de São Paulo, 1980.

do qual o pesquisador procura observar a vida social em movimento da comunidade com que está envolvido, procurando captar a rede de relações sociais que atravessa a comunidade, os problemas que a desafiam e a percepção que a população tem de sua própria situação e de suas possibilidades de mudança. Este trabalho implica em dois outros momentos distintos:

- a construção, pelo pesquisador, de suas hipóteses de base, elaboradas a partir de sua intuição de uma determinada problemática e de sua observação dos diferentes aspectos da vida social da comunidade;
- a verificação da validade e da consistência destas hipóteses iniciais a partir de entrevistas realizadas com os protagonistas da experiência.

Antes mesmo de engajar um diálogo mais sistemático com a comunidade, o pesquisador pode ir desenhando um perfil provisório do grupo. Para este trabalho preparatório, as fontes são as mais diversas, já que são úteis tanto o estudo de documentos oficiais e o depoimento de autoridades estabelecidas quanto a observação da vida quotidiana, as manifestações culturais e religiosas, a identificação das formas de atividade econômica ou dos mecanismos de poder interno e externo.

Uma vez elaborado um marco de referência que englobe as hipóteses de base, o pesquisador se defronta com a escolha de uma técnica de entrevista através da qual seja realmente possível captar o que o povo pensa e diz, ao invés de ouvir como resposta um simples eco de sua própria pergunta. A este propósito, os questionários tradicionais, no estilo pergunta-resposta, tão ao gosto dos institutos de sondagem eleitoral ou dos ibopes televisivos, não nos servem. O formato mesmo do questionário, elaborado unilateralmente pelo pesquisador, bloqueia o surgimento de dados novos e inesperados. Quanto mais nos fechamos dentro de um quadro teórico rígido, mais veremos as respostas se limitarem a confirmar ou desmentir as hipóteses iniciais sem, contudo, abrir brechas ou espaços para a elaboração de outras hipóteses.

Já a técnica da entrevista livre, concebida como um diálogo aberto onde se estimula a livre expressão da pessoa com quem se conversa, amplia o campo do discurso que passa a incluir não só fatos e opiniões bem delimitadas, mas também devaneios, projetos, impressões, reticências, etc. Sem dúvida, a entrevista livre, para não partir em todas as direções, deve ter um fio condutor, uma estrutura de base ligada ao

núcleo temático a ser pesquisado. Porém, dentro desse campo temático, tudo é pertinente, nada é desprezível. Muitas vezes, não é unicamente aquilo que é dito explicitamente que é significativo. A maneira de dizer, as inflexões, as hesitações, as pausas e os silêncios dizem muita coisa. Frequentemente, é nessas dobras do discurso que se esconde a ambiguidade e a contradição entre o pensar e o agir que importa captar e desvelar. Os fragmentos de discurso, o "não dito" e o "mal dito" — por medo, por pudor, por desconfiança ou porque dizê-lo seria doloroso demais — são tão ou mais importantes quanto as respostas superficiais.

Na verdade, são todas as dimensões de vida quotidiana de uma determinada comunidade — inclusive seus sonhos, aspirações e projetos — que constituem o discurso a ser descodificado. E, no interior deste discurso, o que nos interessa sobretudo é fazer emergir as contradições e incoerências entre o falar e o agir, entre a percepção da realidade e de si e as pautas de comportamento quotidiano, entre o sonho e a realidade, entre o real e o possível. Neste particular, compartilhamos o ponto de vista de Alain Touraine que, ao apresentar a metodologia da intervenção sociológica, salienta:

"As relações sociais não são perceptíveis a olho nu; bem ao contrário, elas são mais ou menos encobertas por uma ordem estabelecida e por uma estrutura de dominação. (...) Se admitirmos que elas estão recobertas pela ordem e pela dominação, é preciso então recorrer, antes de mais nada, ao que está dominado e submetido à ordem, ao que protesta e ao que está marginalizado. Não para privilegiar estas condutas ou as ideologias que as sustentam, mas para fazer emergir a parte reprimida, escondida das relações sociais de modo que estas possam aparecer em sua inteireza e totalidade."⁸

Em outras palavras, poderíamos dizer que a investigação da temática geradora de uma comunidade compreende não apenas os dados da realidade vivida como também a percepção que as pessoas têm de sua realidade. Isto porque a toda infra-estrutura de dominação corresponde sempre um conjunto de representações e de comportamentos ao nível da consciência que são seu reflexo e sua consequência.

De fato, muitas vezes no início de um trabalho-pesquisa com um

⁸ Alain Touraine, *La Voix et le Regard*, Seuil, 1980.

grupo social oprimido ou marginalizado — quer se trate de mulheres, de populações faveladas, de lavradores ou mesmo de operários industriais — constata-se que as pessoas exprimem um sentimento vago e difuso de mal-estar e de descontentamento diante da situação concreta em que estão inseridos. Revelam, assim, uma percepção elementar, ainda não consciente e não elaborada, de que "assim não dá mais", de que "tudo vai de mal a pior". "Contente ninguém está. Em todo canto, a conversa é a mesma. Mas não conseguimos descobrir por que está tudo assim tão ruim. Mais difícil ainda é descobrir o que fazer para mudar."⁹

Como não se compreende bem quais as causas profundas da situação vivida e, sobretudo, como não se sabe o que fazer para mudá-la, o sofrimento e o descontentamento desembocam num sentimento de impotência e de desespero que, por sua vez, podem levar à passividade e à resignação. Confrontadas com a angústia de ter que conviver com uma situação em si intolerável, as pessoas se protegem, pondo em funcionamento um mecanismo de defesa que consiste em "esquecer" a realidade em que vivem. Assim, ao negar a existência da situação opressiva, da qual não podem escapar nem contra a qual podem lutar, acaba-se, também, por negar a possibilidade da mudança.

Como penetrar nesta "cultura do silêncio" e favorecer o despertar de tudo que foi reprimido ou esquecido? Como questionar esta "consciência dominada" pela qual os oprimidos interiorizam a visão do mundo e o discurso de seus dominadores? Como romper o círculo vicioso em que situação material de opressão, sentimento, impotência e resignação mental se reforçam mutuamente de tal forma que se chega a considerar a dominação como um fato normal e natural, como parte da ordem natural das coisas?

A nosso ver, este é justamente o desafio a que deve responder a pesquisa-ação enquanto proposta político-pedagógica comprometida com a mudança social. É preciso, antes de mais nada, levar em conta este estado de imersão na quotidianidade, de adesão à situação vivida que transforma a realidade em algo de impenetrável e de incompreensível. Por outro lado, é preciso observar de perto todos os meandros do discurso popular, em busca de tudo aquilo, por mais ínfimo que seja, que

⁹ Depoimento da comunidade de base de Andradina (São Paulo), à III reunião nacional de comunidades de base, João Pessoa, 1979.

desminta a resignação e a passividade. Na verdade, a resignação nunca é completa. Os indivíduos e grupos oprimidos desenvolvem estratégias de sobrevivência, de defesa, de luta e de fuga, ainda que, explicitamente, ao nível de sua percepção da realidade, não acreditem em sua própria capacidade de mudá-la. Daí a importância de identificar e trabalhar as discordâncias e incoerências entre pensamento e ação, adaptação e sonho, conformismo e revolta que são a expressão deste desnível entre a realidade vivida e a realidade percebida.

A partir da matéria-prima fornecida pela investigação da temática geradora do grupo, é possível conceber o desenvolvimento de um processo de educação política pelo qual o pesquisador/educador ajuda o grupo a tomar distância de sua realidade vivida e colocar-se, diante dela, como diante de um objeto de estudo e ação. O papel do pesquisador/educador será o de criar as condições para este recuo crítico e o de organizar a temática geradora de tal forma que os protagonistas possam, discutindo-a, decifrá-la e agir sobre ela.

A este respeito, compartilhamos o ponto de vista de Antonio Gramsci, para quem a consciência teórica ou a "cultura" das classes dominadas apresenta sempre dois planos ou faces contraditórias: uma coisa é, por exemplo, o que o operário faz, sua atividade concreta como membro de um grupo com uma inserção histórico-social precisa; outra coisa, bem diversa, é aquilo que o operário pensa ou sabe, seu nível de percepção de si mesmo, dos outros e da realidade social, que é, muitas vezes, confuso e acrítico.

Eis-no, de novo, confrontados com desníveis e ambigüidades ao nível do discurso entendido como prática social de um indivíduo ou de um grupo: de um lado, a vivência quotidiana de luta dos operários na fábrica e no sindicato atesta seu desejo de mudar os aspectos mais repressivos e alienantes de sua realidade; de outro lado, a despeito de seu desejo de mudança e, em certos casos, até mesmo de sua militância política, sua percepção do mundo e das coisas tende a ser superficial e fragmentada. Para o operário — e, ainda muito mais fortemente, para o favelado ou o lavrador — é difícil superar o dado concreto, imediato, da experiência quotidiana, é difícil imaginar coisas longínquas, formular alternativas e projetos viáveis, estabelecer nexos e relações não imediatamente visíveis, ir às raízes mais profundas e às causas estruturais da situação vivida.

Ora, a identificação da temática geradora deve se prolongar numa atitude eminentemente educativa que consiste em organizar o material recolhido junto ao povo e devolvê-lo ao povo, para que o povo dele se reaproprie pela discussão em comum. Assim, a pesquisa feita com o povo se transforma em educação popular na medida mesma em que se dá como objetivo tentar superar este saber fragmentado e parcelar, que não deriva obviamente de carências no plano da inteligência, mas sim de uma experiência objetiva de vida e de trabalho marcada pela marginalização e pela opressão, pelo isolamento e pela impotência. Um processo educativo que vise à reconstrução articulada, coerente e rigorosa da realidade é a condição indispensável para que o descontentamento, o mal-estar e o sofrimento, sentidos por cada oprimido possam transformar-se em ação coletiva e organizada de questionamento da realidade social.

A tarefa do pesquisador/educador não é a de "fazer a cabeça" do povo, trazendo do exterior a consciência "lúcida e crítica", o esquema de análise "realmente científico" ou a linha "justa e correta" do ponto de vista tático e estratégico. A pesquisa como itinerário político-didático não deve ser a oportunidade para o pesquisador fazer o seu discurso, impor as suas idéias, conduzir o grupo à posição que ele estima correta. Em primeiro lugar, porque isso seria inútil, além de autoritário e mistificador. Pretender persuadir ou convencer alguém de que sua consciência da realidade é ingênua e deve ser mudada é uma atitude não só ingênua, como também paternalista. A consciência — como o conhecimento — não se transferem prontos, de fora para dentro, nem da noite para o dia. Consciência e conhecimento se constroem, se estruturam e se enriquecem em cima de um processo de ação e de reflexão empreendido pelos protagonistas de uma prática social vinculada a seus interesses concretos e imediatos. Motivar e instrumentar grupos populares para que assumam sua experiência quotidiana de vida e de trabalho como fonte de conhecimento e de ação de transformação acreditamos ser o objetivo da pesquisa social e da ação educativa numa perspectiva libertadora. Objetivo que é a negação mesma das tentativas autoritárias de ideologizar, ainda que com sinal "progressista", grupos populares, o que só faz reforçar sua submissão às minorias detentoras do saber e do poder.